

Diário do Acionista

ANO V • Edição simultânea: Rio de Janeiro e São Paulo • Sexta-feira, 1º de outubro de 2021 • Nº 1164 • R\$ 1,00

www.diariodoacionista.com.br

Cardeal Tempesta

Outubro - Mês das Missões

PÁGINA 4

CORREIOS

Dono da Precisa é denunciado por corrupção

O dono das empresas Precisa e Global, Francisco Emerson Maximiano, foi denunciado pelo MPF em um caso relacionado a suspeitas de corrupção que envolve os Correios. O sigilo da denúncia foi suspenso no mesmo dia em que o empresário, que já é alvo da CPI da Covid por supostas irregularidades no Ministério da Saúde, também foi o principal investigado de uma operação da Polícia Federal por suspeita de lavagem e corrupção para obter contrato com a Petrobras. Na denúncia, apresentada no ano passado e ainda não foi aceita ou rejeitada pela Justiça, a Procuradoria em São Paulo acusa Maximiano de participar de um esquema que envolvia o pagamento de propina a um ex-vice-presidente dos Correios. **PÁGINA 3**

VIOLÊNCIA/MULHER

Senado aprova projeto que cria base de dados

Senadores aprovaram ontem o projeto de lei que cria o registro unificado de dados e informações sobre violência contra as mulheres. Para entrar em vigor, o texto precisa apenas da sanção do presidente Jair Bolsonaro. De acordo com a proposta, o banco deverá ser lançado pelo governo e conter os dados administrativos referentes ao tema, os serviços especializados de atendimento às mulheres em situação de violência e as políticas públicas de enfrentamento à violência contra pessoas do sexo feminino. As informações cadastradas na plataforma deverão incluir dados como local, data, hora, meio utilizado, descrição da agressão e tipo de violência. **PÁGINA 3**

STF

Rio volta a exigir passaporte de vacina

O presidente do Supremo Tribunal Federal (STF), ministro Luiz Fux, restabeleceu o decreto da prefeitura do Rio de Janeiro que exige a apresentação da comprovação de vacinação contra a Covid-19 para acessar locais fechados, o chamado passaporte da vacina. Na quarta-feira, o decreto foi suspenso por uma decisão do desembargador Paulo Rangel, do Tribunal de Justiça (TJ), em habeas corpus de uma pessoa que argumentou cerceamento de liberdade de locomoção. Na decisão, Fux analisou recurso da procuradoria do município e reafirmou a posição do STF no sentido de que governadores

e prefeitos têm competência para estabelecer medidas sanitárias contra a Covid-19. "A decisão atacada representa potencial risco de violação à ordem público-administrativa, no âmbito do município do Rio de Janeiro, dados seu potencial efeito multiplicador e a real possibilidade de que venha a desestruturar o planejamento adotado pelas autoridades municipais como forma de fazer frente à pandemia em seu território, contribuindo para a disseminação do vírus e retardando a imunização coletiva pelo desestímulo à vacinação", decidiu o ministro. **PÁGINA 4**

IBGE

Desemprego recua para 13,7% com vagas formais e informais



IBGE

A taxa de desemprego no Brasil recuou para 13,7% no trimestre encerrado em julho, informou ontem o IBGE (Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística). A redução da taxa foi possível graças ao aumento no número de pessoas ocupadas, puxado principalmente pela informalidade, que chegou a 40,8% do total de trabalhadores com algum tipo de atividade. São 36,3 milhões de pessoas em trabalhos sem carteira e sem CNPJ. Segundo a Pnad (Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios) Contínua, houve melhora também no emprego formal. Pela primeira vez desde abril de 2020, quando a pandemia tinha acabado de começar, mais da metade da população em idade para trabalhar tem alguma ocupação. Apesar da melhora, o Brasil ainda tem 14,1 milhões de pessoas em busca de algum tipo de trabalho. O país ainda não recuperou o nível de ocupação que tinha antes da pandemia. No trimestre até julho, 89 milhões de pessoas tinham trabalho, 7 milhões a mais do que há um ano, um aumento de 8,6%. "A população ocupada segue inferior ao período pré-pandemia em cerca de 5 milhões de pessoas", afirma a analista do IBGE Adriana Beringuy (foto). **PÁGINA 2**

COVID-19

AGÊNCIA SENADO



Bolsonarista defende posição antivacina e antimáscara em CPI

Em depoimento à CPI da Covid, o empresário bolsonarista Otávio Fakhoury (foto) questionou a eficácia de vacinas, afirmou que máscaras não funcionam e defendeu medicamentos ineficazes contra a Covid-19. E invocou a "liberdade de opinião" como um direito para ter essas posições. A cúpula da CPI considerou que ele estaria se "autoincriminando" com sua fala na comissão, por declarar publicamente o não cumprimento de medidas sanitárias durante a pandemia. Fakhoury reconheceu que financiou a produção de material de campanha durante as eleições de 2018, que não foram declarados para a Justiça Eleitoral, e confirmou que deu dinheiro a um instituto que buscou intermediar a negociação de vacinas contra a Covid-19, mas negou ser propagador de fake news. **PÁGINA 3**

INDICADORES

IBOVESPA: -0,11% / 110.979,10 / -127,73 / Volume: 35.600.711.358 / Quantidade: 4.658.332						Bolsas no mundo		Salário mínimo	R\$ 1.100,00	IGP-M	-0,64% (set.)	EURO turismo																				
Maiores Altas			Maiores Baixas			Mais Negociadas			Fechamento		Úfir	R\$ 3,7053	IPCA	1,10% (set.)	Compra: 6,3971	Venda: 6,5771																
Preço	%	Oscil.	Preço	%	Oscil.	Preço	%	Oscil.	Índice Bovespa	110.979,1	-0,11	Dow Jones	33.843,92	-1,59	Taxa Selic (23/09)	6,25%	0,42	até o dia 30/set	Compra: 5,4388	Venda: 5,4394												
PETRORIO ON NM	25,02	+9,50	+2,17	BANCO INTER UNT N2	46,65	-7,26	-3,65	VALE ON ED NM	76,24	+0,58	+0,44	NASDAQ Composite	14.448,581	-0,44	Poupança 3 (30/09)	0,36%	BM&F/grama	R\$ 304,000	EURO Comercial	6,520,01	-0,62	TR (prefixada) (29/8/2017)	0,0098	Compra: 6,3087	Venda: 6,3093	EURO turismo	6,520,01	-0,62	Compra: 5,4451	Venda: 5,4457		
LOCAWEB ON NM	22,88	+4,86	+1,06	BANCO INTER PN N2	15,68	-5,83	-0,97	PETROBRAS PN N2	27,23	-0,58	-0,16	Euro STOXX 50	4,066,55	-0,36	EURO Comercial	6,520,01	-0,62	FTSE 100	7,086,42	-0,31	Compra: 5,4847	Venda: 5,6647										
GERDAU PN EJ N1	27,10	+3,95	+1,03	MELIUZ ON NM	6,01	-3,84	-0,24	BRADESCO PN N1	20,83	+0,14	+0,03	CAC 40	6,520,01	-0,62																		
GERDAU MET PN EDJ N1	12,42	+3,24	+0,39	CIELO ON NM	2,29	-4,58	-0,11	PETRORIO ON NM	25,02	+9,50	+2,17																					
SID NACIONALON	28,73	+3,05	+0,85	CVC BRASIL ON NM	21,52	-3,93	-0,88	ITAUUNIBANCO PN N1	28,93	+0,10	+0,03																					

DocuSigned by:

Acionista

BRF767B5695F4B6

DS

AUTENTICIDADE GARANTIDA

ao fazer o download em nosso site

www.diariodoacionista.com.br

Economia

MERCADOS



Bolsa cai 6,6% e dólar sobe 5,3% em mês tumultuado por crises

CLAYTON CASTELANI/FOLHAPRESS

A Bolsa de Valores de São Paulo (Bovespa) caiu 0,11% ontem e encerrou setembro em queda de 6,57%, com 110.979 pontos, refletindo um mês marcado pelo agravamento de crises internas e incertezas globais geradas pela inflação e dificuldades na retomada do crescimento econômico.

Esse também foi o terceiro mês seguido em baixa e desde o início de julho, a desvalorização já chega a 12,48%.

O dólar subiu 0,34% ontem a R\$ 5,449, e acumula alta mensal de 5,35%, fazendo um movimento que em grande parte corresponde ao contexto que derrubou a Bolsa.

Após atingir 119 mil pontos

no primeiro dia do mês, o Ibovespa (Índice Bovespa) sofreu três fortes quedas ao longo de setembro, a primeira delas após as manifestações de raiz golpista estimuladas pelo presidente Jair Bolsonaro no feriado de 7 de setembro.

No pregão posterior ao feriado, preocupações sobre a estabilidade democrática no país fizeram a Bolsa cair 3,78%, a 113,4 mil pontos, ao que na ocasião era o patamar mais baixo desde março. O S&P e o Nasdaq registraram ganhos modestos durante o período de julho a setembro, enquanto o Dow sofreu uma perda trimestral.

Segundo dados preliminares, o Dow Jones caiu 1,62%, o S&P 500 teve queda de 1,22%, e o Nasdaq recuou 0,47%.

ENERGIA

Governo descarta volta do horário de verão

NICOLA PAMPLONA/FOLHAPRESS

Após semanas de pressão e novos estudos, o ministro de Minas e Energia, Bento Albuquerque, descartou ontem a retomada do horário de verão, programa extinto em 2019 pelo presidente Jair Bolsonaro.

"O horário de verão não se faz necessário no que diz respeito à economia de energia", disse o ministro, em entrevista após inauguração de térmica em São João da Barra (RJ), a 320 quilômetros do Rio de Janeiro. "(O programa) não foi renovado em 2019 e permanece da forma como está."

O governo vinha recebendo pressões de setores da economia pela retomada do horário de verão como medida para aliviar a pressão sobre os reservatórios das hidrelétricas durante o pior período da crise hídrica, enquanto as chuvas de verão não chegam.

CÂMARA

Projeto alivia estados de despesas com emendas

DANIELLE BRANT/FOLHAPRESS

A Câmara aprovou projeto de lei complementar que pode aliviar as finanças de estados, ao retirar do teto de gastos despesas com emendas parlamentares e transferências da União para fundos de participação de municípios e estados. O projeto foi aprovado por 372 votos a favor e 13 contrários.

O texto altera as leis complementares que instituíram o plano de auxílio a estados e o regime de recuperação fiscal desses entes. Ambas trazem dispositivos que limitam o crescimento anual das despesas primárias à variação do IPCA (índice oficial de inflação).

O projeto retira dessas limitações as despesas custeadas recursos de transferências da União com aplicações vinculadas, como transferências fundo a fundo, a Cide, salário-educação, Pronatec e Lei Pelé.

IBGE

Desemprego recua para 13,7% com vagas formais e informais

FERNANDA BRIGATTI/FOLHAPRESS

A taxa de desemprego no Brasil recuou para 13,7% no trimestre encerrado em julho, informou ontem o IBGE (Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística).

A redução da taxa foi possível graças ao aumento no número de pessoas ocupadas, puxado principalmente pela informalidade, que chegou a 40,8% do total de trabalhadores com algum tipo de atividade. São 36,3 milhões de pessoas em trabalhos sem carteira e sem CNPJ.

Segundo a Pnad (Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios) Contínua, houve melhora também no emprego formal. Pela primeira vez desde abril de 2020, quando a pandemia tinha acabado de começar, mais da metade da população

em idade para trabalhar tem alguma ocupação.

Apesar da melhora, o Brasil ainda tem 14,1 milhões de pessoas em busca de algum tipo de trabalho. O país ainda não recuperou o nível de ocupação que tinha antes da pandemia.

No trimestre até julho, 89 milhões de pessoas tinham trabalho, 7 milhões a mais do que há um ano, um aumento de 8,6%. "A população ocupada segue inferior ao período pré-pandemia em cerca de 5 milhões de pessoas", afirma a analista do IBGE Adriana Beringuy.

No início do ano passado, no trimestre até janeiro de 2020, a população ocupada era de 94,1 milhões de pessoas, o pico da série histórica iniciada em 2012.

Na comparação com o trimestre até abril, 3,1 milhões de trabalhadores conseguiram alguma ocupação, seja ela formal

ou informal, um avanço percentual de 3,6%.

A vacinação, que já chegava a parte da população economicamente ativa em julho, e a retomada de diversas atividades econômicas podem ter favorecido a melhora do nível de emprego, avalia a analista da pesquisa, Adriana Beringuy.

O resultado do trimestre até julho ficou um pouco melhor do que o esperado pelo mercado. Analistas consultados pela agência Bloomberg projetavam taxa de 13,9% entre maio e julho.

Segundo o IBGE, houve melhora ou estabilidade em quase todas as categorias de ocupação.

O emprego com carteira assinada teve o primeiro aumento desde janeiro de 2020. Na comparação com o trimestre até abril, 1 milhão de pessoas conseguiram novos trabalhos

registrados, um crescimento de 3,5%.

Na informalidade, o crescimento foi de 6,2% na comparação com o trimestre móvel anterior quando considerados todos os tipos de atividade sem registro, como conta-própria e empregador sem CNPJ, trabalhadores do setor privado e domésticos sem carteira e auxiliares. Em um ano, o total de informais cresceu 5,6 milhões.

Entre os empregados no setor privado sem carteira, o aumento foi de 6%. Na comparação com o mesmo trimestre no ano anterior, o crescimento foi de 19%, o equivalente a 1,6 milhão a mais de trabalhadores.

O maior avanço na comparação anual veio do trabalho por conta própria, que cresceu 17,6%, chegando a um novo recorde em toda a série histórica, segundo o IBGE.

7 DE SETEMBRO

Febraban confirma ao MPF atuação de presidente da Caixa

CAMILA MATTOSO/FOLHAPRESS

A Febraban (Federação Brasileira de Bancos) respondeu ao MPF (Ministério Público Federal) e confirmou que, por meio de "contatos informais", o presidente da Caixa, Pedro Guimarães, ameaçou retirar o banco público da entidade em caso de assinatura do manifesto da Fiesp (Federação das Indústrias do Estado de São Paulo).

O documento em questão, preparado antes dos atos de 7 de setembro, abordava a preocupação com o aumento da tensão entre os Poderes.

A Procuradoria da República no Distrito Federal investiga se Guimarães utilizou seu cargo para pressionar indevidamente empresários e lideranças da Fiesp e da Febraban contra o manifesto.

"O presidente da Caixa Econômica Federal, em contatos in-

formais, antecipou a posição contrária da Instituição Financeira à adesão ao manifesto pela Febraban e informou que, caso ocorresse, haveria a desfiliação da Caixa", diz trecho da resposta enviada ao MPF.

Na resposta, a entidade aneou uma série de troca de e-mails sobre a assinatura do manifesto.

A documentação mostra que Guimarães, em 1º de setembro, chegou a solicitar ao presidente

do Conselho Diretor da Febraban uma reunião presencial do colegiado para uma "nova deliberação sobre a adesão da entidade ao manifesto".

O presidente do banco público argumentou na mensagem que "por exigência fundada no interesse social" e "de modo a evitar exposição negativa de mídia" seria necessária a realização do encontro presencial. O pedido foi negado um dia depois.

PRESSÃO POLÍTICA

Líder do centrão derruba presidente do Banco do NE

JULIA CHAIB/FOLHAPRESS

Após pressão do presidente do PL, Valdemar Costa Neto, o Conselho de Administração do Banco do Nordeste destituiu o presidente da instituição, Romildo Rolim, e nomeou no lugar dele Anderson Possa, que fica no cargo interinamente.

A decisão foi tomada ontem, três dias depois de Valdemar divulgar um vídeo em que pede a exoneração do presidente e de toda a diretoria do banco.

O líder do centrão, que foi

condenado no processo do mensalão, indicou uma nova pessoa para ficar efetivo no lugar de Rolim: o engenheiro Ricardo Pinto Pinheiro. O nome está sob análise da Casa Civil, mas a tendência é que a indicação seja efetivada.

Em nota, o Banco do Nordeste informou que Possa, interino à frente da instituição, acumulará a chefia da diretoria de Negócios, a qual já comandava. A instituição tem outros cinco diretores, mas nem todos devem ser trocados.

O imbróglio no banco veio à tona após Valdemar criticar um contrato assinado pelo banco que estava em vigor desde 2003. No vídeo divulgado na segunda-feira passada, o político deixou claro que a indicação da cúpula do órgão é do PL.

Rolim, presidente exonerado, comandava o órgão desde 2018 e se manteve no cargo no ano passado com apadrinhamento do PL, sobretudo do líder do partido na Câmara, Wellington Roberto (PB).

SERGIPE

BC registra 1º caso de vazamento de dados do Pix

LARISSA GARCIA/FOLHAPRESS

O BC (Banco Central) registrou o primeiro caso de vazamento de chaves Pix, sistema de pagamentos instantâneos. Segundo a autarquia informou ontem, dados de clientes do Banes (Banco do Estado de Sergipe) foram expostos por "falhas pontuais em sistemas dessa instituição financeira".

"Não foram expostos dados sensíveis, tais como senhas, informações de movimentações ou saldos financeiros em contas transacionais, ou quaisquer outras informações sob sigilo bancário. As informações obtidas são de natureza cadastral, que não permitem movimentação de recursos, nem acesso às contas ou a outras informações financeiras", disse o BC em nota.

De acordo com a autoridade monetária, as pessoas que tiveram seus dados cadastrais vazados serão notificadas exclusivamente por meio do aplicativo do banco.

Nota

INSS PAGARÁ JUROS PARA APOSENTADORIA LIBERADA APÓS MAIS DE 3 MESES

As aposentadorias do INSS (Instituto Nacional do Seguro Social) que forem concedidas com atraso de mais de três meses após a data do pedido terão incidência de juros. A medida foi oficializada em portaria publicada pela autarquia no Diário Oficial da União ontem e já está em vigor. A decisão faz parte de um acordo homologado pelo ministro Alexandre de Moraes, do STF (Supremo Tribunal Federal), no fim do ano passado em que o INSS se compromete a cumprir um prazo de até 90 dias para dar uma resposta

às solicitações de benefícios apresentadas pelos segurados. O acordo, que também foi assinado pela Advocacia-Geral da União e pela Procuradoria-Geral da República, foi referendado por unanimidade pelo Supremo no início deste ano e entrou em vigor no dia 10 de junho. O pagamento dos juros já estava previsto no acordo. A portaria desta quinta regulamentou o funcionamento. A portaria estabelece que "para aplicação dos juros de mora, a cada valor mensal gerado na concessão, será utilizado o índice mensal da caderneta de poupança divulgado pelo Banco Central do Brasil vigente na competência, somado aos índices dos meses posteriores até a DDB [data do despacho do benefício]".

Diário do
Acionista

www.diariodoacionista.com.br

Administração, redação e departamento comercial

Rio de Janeiro

São Paulo

Av. Presidente Vargas, 962, sala 908
Centro - Rio de Janeiro - CEP: 20071-002
Tels.: (21) 3556-3030 / 96865-1628-Claro
99539-3634-Vivo

Rua Olímpadas, 205 - 4º andar
Vila Olímpia - São Paulo - CEP: 04551-000
Tel.: (11) 2655-1899

Administração - Redação

CESAR FIGUEIREDO - Diretor

FELIPE SOARES - Diretor

PAULO DETTMANN - Editor Chefe

LEONARDO PAULINO - Diagramação

redacaodiariodoacionista@gmail.com

PUBLICIDADE: publicidade@diariodoacionista.com.br

REDAÇÃO: diariodoacionista@gmail.com

SERVIÇOS NOTICIOSOS: Folhapress e Agência Brasil

ANJ ASSOCIAÇÃO NACIONAL DE JORNALIS



ACESSE NOSSO SITE

CPI DA COVID

Bolsonarista defende posição antivacina e antimáscara

RENATO MACHADO/FOLHAPRESS

Em depoimento à CPI da Covid, o empresário bolsonarista Otávio Fakhoury questionou a eficácia de vacinas, afirmou que máscaras não funcionam e defendeu medicamentos ineficazes contra a Covid-19. E invocou a "liberdade de opinião" como um direito para ter essas posições.

A cúpula da CPI considerou que ele estaria se "autoincriminando" com sua fala na comissão, por declarar publicamente o não cumprimento de medidas sanitárias durante a pandemia.

Fakhoury reconheceu que financiou a produção de material de campanha durante as eleições de 2018, que não foram declarados para a Justiça Eleitoral, e confirmou que deu dinheiro a um instituto que buscou intermediar a negociação de vacinas contra a Covid-19, mas negou ser propagador de fake news.

O empresário bolsonarista foi convocado porque senadores da CPI afirmam ter indícios e provas de que ele financia a disseminação de fake news. Fakhoury é investigado pelo STF (Supremo Tribunal Federal) no âmbito dos inquéritos das fake news e dos atos antidemocráticos.

Ao contrário de depoentes anteriores, que buscavam amenizar na CPI suas posições em redes sociais, Fakhoury defendeu suas teses negacionistas de enfrentamento da pandemia.

Inicialmente, disse que sua família não se vacinou por avaliar que ainda não há provas de eficácia. "Minha posição em relação a vacinas é que elas têm que ser adquiridas e oferecidas pelo governo, porém elas ainda hoje se encontram em estágio experimental."

"Portanto, a minha posição é que elas não devem ser obrigatórias. Para a minha família e pessoalmente, eu aguardo o término dos testes para que eu possa decidir, então, se imunizo a minha família ou não", completou.

A informação divulgada pelo empresário, no entanto, é falsa. Já há duas vacinas que receberam o registro definitivo da Anvisa (Agência Nacional de Vigilância Sanitária), a da Pfizer e a da AstraZeneca. Isso significa que ambas concluíram todas as fases de testes clínicos.

O depoente também disse que as máscaras não funcionam e defendeu os medicamentos do "kit Covid" e o tratamento precoce. afirmou que 14 pessoas da sua família e amigos foram infectados e se curaram com esses remédios.

Fakhoury ainda defendeu a tese da imunidade de rebanho, que prevê que uma proteção natural surge na população após determinada porcentagem dela ser infectada. "No meu rebanho, ela funcionou."

Em todos os momentos em que defendia teses negacionistas, o depoente afirmou que era a sua opinião e invocou a liberdade de

expressão e opinião.

"Isso não é liberdade de opinião. Quando a sua decisão, a sua opinião compromete a saúde de todos, isso não é liberdade de opinião. Isso é crime", rebateu o vice-presidente da CPI, Randolfe Rodrigues (Rede-AP).

Para o relator, Renan Calheiros (MDB-AL), Fakhoury estaria se autoincriminando.

"Eu queria só comunicar à vossa excelência, considerando que o uso de máscara e o distanciamento são, na maioria dos municípios, medidas sanitárias preventivas, o seu descumprimento configura o crime do artigo 268 do Código Penal", disse Renan, referindo-se ao crime de infração de medida sanitária.

Fakhoury admitiu que financiou material de campanha nas eleições de 2018, mas disse ter sido uma ação espontânea e sem ligação com a candidatura de Jair Bolsonaro. A iniciativa não está declarada na Justiça Eleitoral.

Renan apontou que a Polícia Federal encontrou no computador do empresário notas fiscais de duas gráficas do Nordeste, que confirmam a impressão de 560 mil itens de propaganda eleitoral para Bolsonaro, como panfletos e adesivos com a foto do candidato e a proposta de campanha para a Presidência.

O depoimento foi marcado por momentos de tensão. O primeiro deles aconteceu quando o senador Fabiano Contarato (Rede-ES) confrontou Fakhoury por ataques

homofóbicos em uma postagem nas redes sociais.

Contarato pediu que a polícia legislativa recolha os prints da postagem para investigar denúncia de homofobia, o que foi aceito por Randolfe.

Em suas redes sociais, Fakhoury ofendeu Contarato ao republicar um tuíte do senador em que o parlamentar comete um erro de grafia. "O delegado, homossexual assumido, talvez estivesse pensando no perfume de alguma pessoa ali daquele plenário. Quem seria o 'perfumado' que lhe cativou", escreveu o empresário.

Contarato, sentado na cadeira da presidência da CPI, confrontou Fakhoury, que havia feito anteriormente um discurso em defesa da família e da moralidade.

"O senhor fala da família, mas a minha família não é pior do que a sua", disse o senador. "Dinheiro não compra dignidade, dinheiro não compra caráter, cursos não compram humildade, compaixão, caridade."

"Eu tenho minha vida modesta, com muito orgulho, cuidando com meu esposo dos meus dois filhos", completou Contarato.

Ainda na sessão, Randolfe perguntou se o depoente iria pedir desculpas pelos ataques proferidos em redes sociais contra outros membros da CPI. Fakhoury afirmou que não iria se retratar e disse que os afetados poderiam recorrer à Justiça para buscar reparação.

PLANO DE SAÚDE

Câmara aprova CPI para investigar Prevent Senior

ARTUR RODRIGUES/FOLHAPRESS

A Câmara Municipal de São Paulo aprovou, ontem, uma CPI (Comissão Parlamentar de Inquérito) para investigar a Prevent Senior na cidade.

O plano de saúde já é alvo de investigação da CPI da Covid no Senado. O autor do requerimento é o vereador Antônio Donato, do PT, que é ex-presidente da Câmara Municipal.

As CPIs na Câmara podem ter 120 dias, mas podem ser prorrogadas duas vezes por igual período, fazendo com que os trabalhos se estendam por quase um ano.

No Senado, a Prevent Senior entrou no radar da CPI após o recebimento do dossiê dos médicos da operadora, que relatou que hospitais da rede eram usados como "laboratórios" para estudos com medicamentos sem eficácia comprovada para o tratamento da Covid-19, como a hidroxiquina. Os familiares dos pacientes não seriam informados de que receberiam esses medicamentos.

Entre os motivos para realizar as apurações na esfera municipal, o vereador Donato cita o fato de que a sede administrativa da Prevent Senior fica na cidade de São Paulo e boa parte dos hospitais da operadora também.

"A Prevent Senior é uma empresa de seguros de saúde basicamente paulistana, as vítimas são paulistanas e paulistanos em sua maioria, a falsificação de dados de óbitos impacta as estatísticas de São Paulo, a vigilância sanitária tem responsabilidade na fiscalização. Então, a gente acredita que possa avançar até porque a CPI em Brasília

se encerra e tinha um foco mais amplo", disse Donato.

O requerimento cita, entre outros pontos, diligências do Serviço Funerário Municipal para garantir a correta causa mortis nas certidões de óbito e "que a conduta da empresa Prevent Senior no enfrentamento da Covid-19 pode ter levado a óbito diversos municípios paulistanos, podendo inclusive estar caracterizado o crime de homicídio doloso a ser tipificado no quadro diretivo da citada empresa".

A CPI foi aprovada de maneira relâmpago, resultado de uma costura que vinha sendo feita nos bastidores.

A comissão terá certo equilíbrio entre representantes da situação e da oposição na Casa. Com cinco integrantes, além do PT, a comissão terá vereadores também do bloco DEM-MDB, PSDB, PSOL e Podemos-PP. Os líderes dos partidos têm um prazo de uma semana para indicar os vereadores que vão participar da comissão.

Para o vereador Donato, há um sentimento comum na Câmara de que o assunto deve ser investigado.

É a quarta CPI aprovada na Casa - as três em andamento são a dos animais, dos aplicativos de transporte e da violência contra trans e travestis.

Médico cardiologista que continuou atuando na pandemia, o vereador Paulo Frange (PTB) também será integrante da CPI. Ele diz que a comissão vai se ater às questões do município, mas isso inclui um amplo leque de assuntos, desde protocolos sanitários a questões de regularidade dos prédios, entre outros pontos.

EDUCADORES

Evento da gestão Doria tem secretário sem máscara e aglomeração

ISABELA PALHARES/FOLHAPRESS

Uma reunião, convocada pela gestão João Doria (PSDB), levou milhares de diretores de escolas a ficar aglomerados na manhã de ontem. O secretário de Educação, Rosseli Soares, estava no evento e dispensou o uso de máscara ao falar com os educadores.

Dois deputados estaduais da oposição entraram com representação no Ministério Público do Estado de São Paulo pedindo a suspensão imediata do evento, que segue hoje.

A Secretaria de Educação convocou 4.000 diretores para participar da reunião, marcada para acontecer em Serra Negra, município no interior do estado (a aproximadamente 150 km da capital paulista). Desde que foi feita a convocação, sindicato e educadores já reclamavam do risco desnecessário ao qual o governo expõe os profissionais e, consequentemente, os alunos.

Imagens do evento mostram

milhares de diretores acompanhando a fala do secretário de educação na manhã desta quinta. Nas fotos, é possível ver que os educadores não estão a mais de um metro de distância uns dos outros.

Há ainda imagens que mostram educadores sem máscara. O próprio secretário dispensou o uso da proteção facial ao subir no palco para falar com os diretores.

O uso de máscara é obrigatório em todo o estado. Inclusive, há previsão de multa para quem descumprir a medida, como foi o caso do presidente Jair Bolsonaro (sem partido) já multado seis vezes pela gestão Doria por não usar a proteção.

Em nota, a Secretaria de Educação disse que "para melhorar a comunicação, o secretário ficou parte do tempo em que se apresentou sem máscara, mas ainda assim mantendo o distanciamento dos demais presentes no palco e do público em geral. Voltando a recolocá-la ao término de sua apresentação."

Nota

PRAIA GRANDE RECEBE 256 MORADIAS DESTINADAS A FAMÍLIAS DE BAIXA RENDA

O governo federal, o estado de São Paulo e a prefeitura de Praia Grande (SP), entregaram, ontem, 256 moradias a famílias de baixa renda da cidade do litoral paulista. Os módulos 5 e 6 do Conjunto Habitacional Jardim Imperador, cujas chaves foram entregues ontem aos novos moradores, irão beneficiar cerca de mil pessoas. O investimento federal nos imóveis foi de R\$ 24,3 milhões, por meio do Fundo de Arrendamento Residencial (FAR). O governo estadual participou com R\$ 7,7 milhões, e a prefeitura municipal doou o terreno onde foi construído o conjunto habitacional. Os módulos 5 e 6 do Conjunto Habitacional Jardim Imperador contam com casas de dois pavimentos e três metragens diferentes: 55,67 m²; 66,15 m² e 66,65 m². Em média, os beneficiados terão de pagar parcelas mensais de R\$ 120.

ALVO DA CPI

Dono da Precisa é denunciado por corrupção ligada aos Correios

CAMILA MATTOSO/FOLHAPRESS

O dono das empresas Precisa e Global, Francisco Emerson Maximiano, foi denunciado pelo Ministério Público Federal em um caso relacionado a suspeitas de corrupção que envolve os Correios.

O sigilo da denúncia foi suspenso no mesmo dia em que o empresário, que já é alvo da CPI da Covid por supostas irregularidades no Ministério da Saúde, também foi o principal investigado de uma operação da Polí-

cia Federal por suspeita de lavagem e corrupção para obter contrato com a Petrobras.

Na denúncia, que foi apresentada no ano passado e ainda não foi aceita ou rejeitada pela Justiça, a Procuradoria em São Paulo acusa Maximiano de participar de um esquema que envolvia o pagamento de propina a um ex-vice-presidente dos Correios e a um advogado, em troca de contratos com a estatal.

O suposto esquema foi delatado por Alexandre Romano, ex-vereador de Americana pelo PT,

e faz parte da chamada Operação Custo Brasil, braço inicial da Lava Jato em São Paulo.

Romano, que é advogado, disse em depoimentos ao Ministério Público Federal em 2015 e 2016 que firmou contratos simulados com a Global, e que parte desses valores eram repassados como propina ao dirigente dos Correios. Ele ficava com a outra parte dessas quantias.

Entre o fim de 2011 e o início de 2012, segundo o relato, a Global fechou negócio para fornecer medicamentos com descon-

to aos funcionários dos Correios, em contratos firmados inicialmente por meio de uma conveniência de estatal e depois pela Postal Saúde (caixa de assistência de saúde dos funcionários dos Correios).

De acordo com o Ministério Público Federal, pelo menos R\$ 2,5 milhões foram pagos em propina entre 2011 e 2014.

O advogado de Romano, Daniel Casagrande, afirma que seu cliente "confirma os fatos narrados em sua colaboração premiada e continuará cooperando".

SÃO PAULO

Ato contra Bolsonaro já reúne 21 partidos

MÔNICA BERGAMO/FOLHAPRESS

O ato nacional pelo impeachment do presidente Jair Bolsonaro, marcado para amanhã, reunirá na cidade de São Paulo lideranças de ao menos 21 partidos. Indo da esquerda à direita do espectro político, já confirmaram presença nomes do Cidadania, DEM, MDB, PCdoB, PDT, PL, Podemos, Solidariedade, PSD, PSB, PSDB, PSL, PSOL, PT, PV, Rede, UP, PCB, PSTU, PCO e Novo.

Além deles, estarão presentes na avenida Paulista representantes de movimentos sociais e entidades como Direitos Já, Frente Brasil Popular, Frente Povo Sem Medo, Acredito, UNE, Coalização Negra por Direitos e de centrais sindicais. Segundo a Campanha Nacional Fora Bolsonaro, que organiza a manifestação, a abertura contará com um ato ecumênico e reprodução do Hino Nacional.

REGISTRO UNIFICADO

Senado aprova projeto que cria base de dados sobre violência contra mulher

WASHINGTON LUIZ/FOLHAPRESS

Senadores aprovaram ontem o projeto de lei que cria o registro unificado de dados e informações sobre violência contra as mulheres. Para entrar em vigor, o texto precisa apenas da sanção do presidente Jair Bolsonaro.

De acordo com a proposta, o banco deverá ser lançado pelo governo e conter os dados administrativos referentes ao tema, os serviços especializados de atendimento às mulheres em situação de violência e as políticas públicas de enfrentamento à violência contra pessoas do sexo feminino.

As informações cadastradas na plataforma deverão incluir dados como local, data, hora, meio utilizado, descrição da agressão e tipo de violência. Serão registradas ainda informações da mulher agredida, como idade, raça/etnia, deficiência, renda, profissão, escolaridade, se mora em área rural ou urbana e relação com o agressor. As características do responsável pelo ato de violência tam-

bém precisarão ser inseridas no sistema. Além disso, o projeto prevê que o registro reúna a quantidade de medidas protetivas requeridas pelo MP e pela mulher agredida, assim como das concedidas pelo juiz e a quantidade de processos julgados, prazos de julgamento e sentenças proferidas.

A proposta começou a tramitar na Câmara em 2016 e estava parada no Senado desde março de 2020. Ela também institui a Política Nacional de Informações Estatísticas Relacionadas à Violência contra a Mulher (Pnainfo).

A execução da Pnainfo será acompanhada, em nível federal, por comitê coordenado pelo Poder Executivo com participação de representantes do Legislativo e Judiciário. Estados e municípios poderão aderir à política por meio de cooperação federativa, que será regulamentada por outra lei. O projeto prevê que as despesas decorrentes da execução do banco de dados correrão por conta das dotações orçamentárias de cada órgão que aderir à Pnainfo.

DANOS AO ERÁRIO

Bolsonaro sanciona lei que muda inelegibilidade

LUCIANO NASCIMENTO/ABRASIL

O presidente Jair Bolsonaro sancionou a lei que altera a legislação sobre inelegibilidade, permitindo a candidatura de quem teve contas relativas ao exercício de cargos ou funções públicas julgadas irregulares, sem danos ao erário. A candidatura vale para os casos que tenham sido punidos exclusivamente com pagamento de multa. O texto, sancionado sem vetos, foi publicado ontem no Diário Oficial da União e altera a Lei Complementar nº 64, de 18 de maio de 1990.

A lei alterada estabelecia que são inelegíveis, por oito anos, para qualquer cargo, os que tiverem suas contas relativas ao exercício de cargos ou funções públicas rejeitadas por irregularidade insanável que configure ato doloso de improbidade administrativa e por decisão irreversível do órgão competente.

**Cardeal Tempesta**Orani João Tempesta, O.Cist
Arcebispo do Rio de Janeiro**Outubro – Mês das Missões**

O mês de outubro começa com a Semana Nacional da Vida e também com a comemoração de Santa Teresinha do Menino Jesus, que é reconhecida pela Igreja como a padroeira das missões. A primeira atitude do missionário deve ser a mansidão. O anúncio da Boa Nova é um anúncio de paz, que leva aos mais necessitados a misericórdia que vem do Senhor. Deus que é Pai das Misericórdias enviou o seu próprio Filho para evangelizar os pobres, curar os de coração contrito, anunciar o ano da graça e levar a salvação a todos os povos.

O Mês das Missões deve lembrar a cada um de nós que é missão de todo batizado ser evangelizador. Não é cristão de verdade quem não testemunha Cristo e ama a Igreja. O Batismo nos faz membros do Corpo de Cristo, a Igreja e, assim, participantes de sua Missão de salvar a todos, levando-o para Deus, por meio da vivência dos ensinamentos de Jesus.

Outubro também é o Mês do Rosário com várias festas de Nossa Senhora, a mais santa de todas as mulheres: Nossa Senhora do Rosário, Nossa Senhora de Nazaré, Nossa Senhora Aparecida, padroeira do Brasil. Falando tão pouco e de modo tão suave, Ela dizia tudo no silêncio de seu coração. Nossa Mãe Maria quer os cristãos unidos e solidários como uma grande família. Quem medita e conhece o Evangelho sabe que Jesus e Maria nutriam especial predileção pelo silêncio, pelos lugares desertos.

Ser missionário é assumir a graça recebida a partir do sacramento do Batismo. Nossa identidade como Igreja se dá em sermos discípulos-missionários de Jesus Cristo, conforme nos lembra o Documento de Aparecida, assim, seremos a 'Igreja da atração' – a serviço da vida. O mês de outubro na Igreja se caracteriza como o mês missionário, recordando esta tarefa evangelizadora como marca do cristão. O Papa Francisco, logo no início do seu pontificado, recordou que toda a Igreja deve viver num estado permanente de missão, isto é, ser a 'Igreja em Saída', que promove a cultura do encontro, cura as feridas, vai às periferias, aos campos, lugares em que não se conhece a alegria do Evangelho.

Discipulado e missão são inseparáveis! À luz da Palavra de Deus e através de sua leitura orante, estaremos abertos ao Espírito que age em nós e nos envia, formando um povo em comunhão. Hoje, é necessário um novo impulso na atividade missionária da Igreja para enfrentar o desafio de anunciar Jesus morto e ressuscitado.

Chegar às periferias, aos ambientes humanos, aos ambientes culturais e religiosos ainda alheios ao Evangelho: nisto consiste o que podemos também chamar de 'missio ad gentes'. E recordar que o coração da missão da Igreja é a oração.

Jesus escolhe e chama discípulos para estar com Ele, forma-os e os envia até os confins da terra. Eles recebem do Mestre a ordem de continuar a mesma obra como Igreja, como comunidade de discípulos, vocacionada para a Missão. Os que acolhem o Evangelho reúnem-se em comunidade e, pelos sacramentos do Batismo e Crisma, assumem a Missão de Jesus (At 2, 41). Nesse sentido, quem entra em contato com Jesus e aceita a sua mensagem não pode guardá-la para si. A ordem é: ide, pregai a Boa Nova a todos os povos e culturas de todos os tempos (Mt 28). A Igreja sabe que anunciar a Boa Nova do Reino de Deus é a sua missão: 'Eu devo'. São Paulo, consciente deste dever, chega a afirmar: "É um dever que me incumbe, e ai de mim se eu não evangelizar" (1Cor 9,16).

Com razão, o Papa Paulo VI, na Encíclica "Evangelii Nuntiandi" (EN 13), afirma: "Evangelizar constitui, de fato, a graça e a vocação próprias da Igreja, a sua mais profunda identidade. Ela existe para evangelizar". Assim, a comunidade cristã nunca pode permanecer fechada em si mesma, dentro das suas fronteiras. E o Papa São João Paulo II nos lembrava que a fé se fortalece na medida em que é partilhada.

Jesus conclui sua missão entre os discípulos dizendo: "Vós sereis testemunhas de tudo isso" (Lc 24, 48). Ser missionários de Jesus Cristo é a missão dos cristãos. Portanto, o missionário é uma pessoa que vive na fé sem fronteiras, derruba qualquer barreira, geográfica ou sociológica, religiosa ou humana, real ou virtual. De fato, aos olhos de Deus Criador, realmente, o mundo não tem fronteiras.

O Papa Francisco afirma: "No sacrifício da cruz, onde se realiza a missão de Jesus (Jo 19, 28-30), Deus revela que o seu amor é por todos e cada um (Jo 19, 26-27). E pede-nos a nossa disponibilidade pessoal para ser enviados, porque Ele é Amor em perene movimento de missão, sempre em saída de si mesmo para dar vida. Por amor dos homens, Deus Pai enviou o Filho Jesus (Jo 3, 16). Jesus é o Missionário do Pai: a sua pessoa e a sua obra são, inteiramente, obediência à vontade do Pai (Jo 4, 34; 6, 38; 8, 12-30; Heb 10, 5-10). Por sua vez, Jesus – crucificado e ressuscitado por nós – no seu movimento de amor atrai-nos com o seu próprio Espírito, que anima a Igreja, torna-nos discípulos de Cristo e envia-nos em missão ao mundo e às nações." (www.vaticannews.va/pt/papa/news/2021-09/papa-francisco-catequese-europa-catecismo.html)

Neste tempo de início de retomada maior das atividades eclesiais, peçamos ao Senhor que nos dê um espírito missionário e cheio de vontade de partirmos em busca daqueles que ainda não conhecem Jesus e o seu projeto. Eis o tempo oportuno para evangelizarmos, eis o tempo de sairmos de nossas seguranças. Sejamos discípulos missionários. Santa Terezinha, padroeira das missões, rogai por nós.

FRANÇA**Sarkozy é condenado por financiamento ilegal de campanha**

A Justiça francesa condenou ontem o ex-presidente Nicolas Sarkozy, 66, por financiamento ilegal de campanha durante sua tentativa fracassada de reeleição, em 2012.

Trata-se do segundo revés judicial para o conservador neste ano -em março, ele foi condenado à prisão por corrupção e tráfico de influência envolvendo sua campanha eleitoral de 2007.

O julgamento representou a primeira vez que um ex-presidente do país foi declarado culpado por um caso de corrupção realizado enquanto estava no cargo. Sarkozy recorreu, e a sentença de um ano foi suspensa.

Na condenação de ontem, pesaram contra o ex-chefe de Estado acusações do caso conhecido como Bygmalion, referência ao nome da empresa que organizava os comícios do pleito de 2012 e superfaturava prestações junto ao partido do ex-presidente, o União por um Movimento Popular (hoje Republicanos).

De acordo com a lei eleitoral francesa, gastos com campanhas são limitados para assegurar que os candidatos concorram em condições de igualdade. Em 2012, o limite para campanhas presidenciais por candidato era de cerca de 16,8 milhões de euros (R\$ 106,5 milhões, na cotação de ontem) no primeiro turno e cerca de 5,7 milhões de euros (R\$ 35,98 milhões) no segundo.

Investigações iniciadas em 2014 revelaram que a campanha de Sarkozy desembolsou ao menos 42 milhões de euros (R\$ 265,26 milhões) -mais que o dobro do limite para os dois turnos. Assim, promotores argumentaram que o objetivo da fraude era ocultar das autoridades eleitorais gastos excessivos.

A experiência do ex-presidente, que governou a França de 2007 a 2012, pesou nos argumentos da acusação. Os promotores afirmaram que Sarkozy tratou avisos de seus assessores sobre o volume incompatível de eventos de campanha com negligência, algo inaceitável para um veterano da política.

"Não era a sua primeira campanha, ele já tinha experiência como candidato", disse a presidente do tribunal, Caroline Vi-guier, que determinou um ano de prisão ao conservador -a pena pode ser cumprida em regime domiciliar, com tornozeleira eletrônica. Ainda cabe recurso à sentença.

Sarkozy negou quaisquer irregularidades. Disse ao tribunal não ter se envolvido na logística de sua campanha para um segundo mandato como presidente nem na forma como o dinheiro foi gasto durante a corrida eleitoral. Em 2012, ele perdeu a chance de reeleição para o socialista François Hollande.

Apesar de uma tentativa fracassada de retorno ao poder em

2016 e das derrotas judiciais em sequência, Sarkozy ainda é popular entre os franceses, especialmente entre grupos conservadores. Seu partido, o Republicanos, ainda não definiu o candidato para as eleições presidenciais de 2022.

O pleito do próximo ano, de acordo com o agregador de pesquisas do site Político, terá uma disputa entre o atual presidente francês, o centrista Emmanuel Macron, e Marine Le Pen, da ultradireita, no segundo turno. Macron ainda não anunciou publicamente sua candidatura a um segundo mandato; já Le Pen se lançou candidata sem concorrência interna em sua legenda, a Reunião Nacional.

Outras 13 pessoas também foram acusadas de envolvimento na fraude, incluindo ex-membros da equipe de campanha, funcionários do partido, assessores próximos a Sarkozy e ex-executivos da Bygmalion. Os promotores, porém, concluíram não haver evidências suficientes para determinar o mentor do esquema.

Em meio ao emaranhado de casos legais que pesam contra o ex-presidente, estão acusações de que sua campanha recebeu recursos da ditadura líbia de Muammar Gaddafi para financiar a campanha eleitoral de 2007, na qual foi eleito presidente da França -esse caso ainda não foi julgado.

EUA**Senado evita paralisação do governo, mas impasse sobre pacotes prossegue**

RAFAEL BALAGO/FOLHAPRESS

O Senado dos Estados Unidos aprovou ontem a liberação de verbas para que o governo federal siga operando de forma plena. A medida obteve apoio republicano nas duas Casas e deve também ser aprovada na Câmara, nas próximas horas, para ser sancionada em seguida pelo presidente Joe Biden. Assim, os congressistas evitarão um "shutdown", a paralisação de serviços não essenciais do governo, o que ocorreria a partir de hoje, quando começa o novo ano fiscal, se não houvesse acordo.

Por outro lado, três outras questões importantes para o governo Biden seguem em debate no Legislativo americano e tiveram poucos avanços na manhã desta quinta. São elas: evitar um calote em outubro e colocar em

votação dois grandes pacotes de investimentos propostos pela administração do democrata.

Um dos projetos reúne investimentos em infraestrutura, como reformas de estradas, pontes e redes de banda larga, que somam US\$ 1,2 trilhão. O outro traz novos programas sociais, que ampliam o acesso à saúde e o envio de dinheiro a famílias com crianças, entre outros pontos, cotado em US\$ 3,5 trilhões.

O pacote de infraestrutura já passou no Senado e agora depende do aval da Câmara. A ala progressista democrata, porém, opõe-se a aprová-lo caso não haja garantias de que o projeto social também avance. Apelidada de "Build Back Better" (construir de novo e melhor), a iniciativa é criticada por dois senadores democratas, Joe Manchin e Kyrsten Si-

nema. Sem o apoio deles, a medida não tem como ser aprovada, pois os democratas possuem maioria estreita na Casa, de 50 votos além do poder de desempate, da vice Kamala Harris.

Apenas um voto contrário se pultaria a medida, já que os republicanos não a apoiam. Assim, tanto Pelosi quanto Biden passaram os últimos dias tentando convencer os progressistas a não barrar o plano de infraestrutura e fazer os dois senadores centristas apoiarem o pacote social. Na noite de quarta-feira, Manchin divulgou um comunicado duro, no qual mantinha sua posição. "Gastar mais trilhões em novos programas do governo quando nós nem conseguimos pagar os programas sociais essenciais, como Medicare e Seguro Social, é a definição de insanidade fiscal", disse.

FEMINICÍDIO**Reino Unido condena policial a prisão perpétua**

Um policial londrino foi condenado à prisão perpétua ontem pelo sequestro, estupro e morte da executiva Sarah Everard, em um caso que chocou o Reino Unido e foi o estopim para protestos contra a violência de gênero no país.

O assassinato ocorreu em "circunstâncias especialmente brutais, trágicas e devastadoras", afirmou o juiz Adrian Fulford ao anunciar a sentença contra Wayne Couzens, 48, que pelo resto de sua vida não poderá pedir liberdade condicional,

exceto por questões humanitárias excepcionais.

O caso aconteceu em março, enquanto o país estava em lockdown. A executiva de marketing Sarah Everard, 33, voltava a pé para casa após visitar amigos na parte sul de Londres quando foi parada por Wayne Couzens, 48, agente da unidade de elite de proteção diplomática da Polícia Metropolitana.

Segundo a promotora, Couzens, que estava de folga, mostrou seu distintivo e algemou a jovem sob o argumento de que

ela estava violando as restrições contra a Covid-19 no país. O policial sequestrou Everard simulando uma prisão e a obrigou a entrar em um carro que ele havia alugado. O corpo dela foi encontrado estrangulado e queimado em um bosque uma semana depois a 80 quilômetros do local do sequestro.

Couzens foi reconhecido graças a câmeras de vigilância e foi preso em 9 de março em sua casa em Deal, no sudeste da Inglaterra. Ele confessou o crime em julho.

COVID-19**Fux restitui exigência do passaporte da vacina no Rio**

ANDRÉ RICHTER/ABRASIL

O presidente do Supremo Tribunal Federal (STF), ministro Luiz Fux, restabeleceu o decreto da prefeitura do Rio de Janeiro que exige a apresentação da comprovação de vacinação contra a Covid-19 para acessar locais fechados, o chamado passaporte da vacina.

Na quarta-feira, o decreto foi suspenso por uma decisão do desembargador Paulo Rangel, do Tribunal de Justiça (TJ), em habeas corpus de uma pessoa que argumentou cerceamento de liberdade de locomoção.

Na decisão, Fux analisou recurso da procuradoria do município e reafirmou a posição do STF no sentido de que governadores e prefeitos têm competência para estabelecer medidas sanitárias contra a Covid-19.

"A decisão atacada representa potencial risco de violação à ordem público-administrativa, no âmbito do município do Rio de Janeiro, dados seu potencial efeito multiplicador e a real possibilidade de que venha a desestruturar o planejamento adotado pelas autoridades municipais como forma de fazer frente à pandemia em seu território, contribuindo para a disseminação do vírus e retardando a imunização coletiva pelo desestímulo à vacinação", decidiu o ministro.

Na decisão que suspendeu a exigência do passaporte da vacina para frequentar alguns ambientes públicos, o desembargador afirmou que a exigência da comprovação da vacina se assemelha a comportamentos históricos ligados à escravidão, que remontam à tirania e à ditadura.

Após a decisão, o secretário municipal de Saúde, Daniel Soranz, disse que a liminar do magistrado não levou em consideração o momento epidemiológico da pandemia.

SÃO JOÃO DA BARRA**Governador inaugura 1ª termelétrica do Porto do Açú**

O governador Cláudio Castro participou, ontem, da inauguração da UTE GNA I, primeira usina termelétrica a gás natural do Porto do Açú, localizado em São João da Barra. Com investimento de aproximadamente R\$ 5 bilhões, o empreendimento, pertencente a Gás Natural Açú (GNA), gerou 12 mil empregos ao longo das obras. O evento contou com a presença do ministro de Minas e Energia, Bento Albuquerque.

Maior usina a gás natural em operação no Sudeste e segunda maior do Brasil, a GNA I tem capacidade instalada de 1.338 MW, energia suficiente para abastecer 6 milhões de residências. A termelétrica reforça a vocação do Estado do Rio para se tornar um grande polo de energia, além de contribuir para a segurança energética do Sistema Interligado Nacional em um momento de crise do setor.

Com operação em ciclo combinado, a UTE conta com, aproximadamente, 30% de eficiência energética. Isso resulta em menor consumo de gás e menor emissão energética, garantindo o fornecimento de energia elétrica de base estável e segura, de forma a complementar a expansão de fontes renováveis do país.